



<http://www.catalao.go.gov>
secomcatalao@gmail.com

ANDREZA.TAVARES*

PROTOCOLO: 2019013175 **Autuação** 12/04/2019 **Hora:** 14:53
Interessado: CATHALÃO ALFALTO E PAVIMENTAÇÃO E COMERCIO
C.G.C.: 24.481.473/0001-16 **Data**
N. **PROT.** -
Valor: R\$ -
Assunto: LICITAÇÃO
SubAssunto: OUTROS
Comentário: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PATRONIZADOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA- RECAPAMENTO CO CBUQ PROCESSO Nº 2019.003.7716
SubAssunto: PROTOCOLO

PROTOCOLO	2019013175	Autuação	12/04/2019	Hora	14:53
Interessado:	CATHALÃO ALFALTO E PAVIMENTAÇÃO E COMERCIO LTDA				
C.G.C.:	24.481.473/0001-16	Fone:	(64)99644-0093		
Endereço:	ROD. BR 050 KM, 245,5 S/Nº ANEXO 1		Bairr		
N.	Data	PROT.	-		
Valor:	R\$ -				
Assunto:	LICITAÇÃO				
SubAssunto:	OUTROS				
Comentário:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PATRONIZADOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA- RECAPAMENTO CO CBUQ PROCESSO Nº 2019 003.7716				
SubAssunto:	PROTOCOLO				

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR NIREMBERG ANTÔNIO RODRIGUES ARAÚJO DD.
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS.**

Recurso Administrativo em,

Processo Licitatório nº.: 2019.003.771

Modalidade: Concorrência nº.: 001/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de serviços padronizados de pavimentação asfáltica -
recapeamento com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) – (e = 3 cm),
atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Catalão

Recorrido: MUNICÍPIO DE CATALÃO – GO

Recorrente: CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMERCIO LTDA -
EPP, CNPJ: 24.481.473/0001-16

CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP, pessoa
jurídica de direito privado, sediada à Rodovia BR – 050 KM 245,5 S/N,
Bairro: Pires Belo, Catalão, Estado de Goiás, representada por seu sócio
administrador **ANTONIO RAFAEL BENINCASA**, brasileiro, solteiro,
engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 53.629.325-9 SSP/SP
e do CPF nº 445.151.768-03, residente e domiciliado à Rua 27, nº 1162,
Bairro Margon III, CEP: 75.713-060, Catalão – GO, vem, respeitosamente,
perante Vossa Senhoria, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

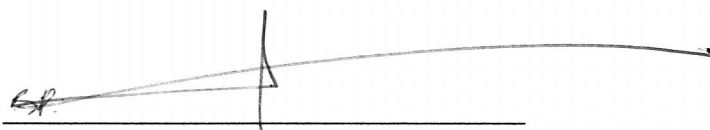
Em face de vossa decisão, que inabilitou a Recorrente e exoticamente
habilitou a empresa Marpa Terraplanagem Ltda., no Processo acima em
epígrafe.

Nesse sentido, **requer**

- i- Que seja o presente recurso devidamente recebido *em seu duplo
efeito*;

ii- Que Vossa Senhoria **RECONSIDERE** as Decisões ora atacadas;

iii- Ou, caso contrário, **faça-o subir**, remetendo-o, devidamente informado nos termos da Lei, ao DD. Prefeito, do Município de Catalão, Estado de Goiás, **face ao impedimento do Senhor Secretário Municipal de Transporte.**

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'A.R. Benincasa', is written over a horizontal line. The signature is stylized and somewhat cursive.

ANTONIO RAFAEL BENINCASA

RG nº 53.629.325-9 SSP/SP - CPF nº 445.151.768-03

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR NIREMBERG ANTÔNIO RODRIGUES ARAÚJO DD.
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS.**

Recurso Administrativo em,

Processo Licitatório nº.: 2019.003.771

Modalidade: Concorrência nº.: 001/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de serviços padronizados de pavimentação asfáltica - recapeamento com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) – (e = 3 cm), atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Catalão

Recorrido: MUNICÍPIO DE CATALÃO – GO

Recorrente: CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMERCIO LTDA - EPP, CNPJ: 24.481.473/0001-16

CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA -

EPP, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rodovia BR – 050 KM 245,5 S/N, Bairro: Pires Belo, Catalão, Estado de Goiás, representada por seu sócio administrador **ANTONIO RAFAEL BENINCASA**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 53.629.325-9 SSP/SP e do CPF nº 445.151.768-03, residente e domiciliado na Rua 27, nº 1162, Bairro Margon III, CEP: 75.713-060, Catalão – GO, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face de vossa decisão que inabilitou a Recorrente, e, exoticamente, habilitou a empresa Marpa Terraplenagem Ltda., no Processo acima em epígrafe.

Nesse sentido, **requer**

i- Que seja o presente recurso devidamente recebido
em seu duplo efeito;

ii- Que Vossa Senhoria **RECONSIDERE** as
Decisões ora atacadas;

iii- Ou, caso contrário, **faça-o subir**, remetendo-o,
devidamente informado nos termos da Lei, ao DD. Prefeito, do
Município de Catalão, Estado de Goiás, **em razão do**
impedimento do Senhor Secretário Municipal de Transporte,
como se provará adiante.


ANTONIO RAFAEL BENINCASA
RG nº 53.629.325-9 SSP/SP - CPF nº 445.151.768-03
L-481.473/0001-161
CATALÃO - ALTO PAR. E COM. LTDA
ROD. BR-050, KM 45,5 - S/Nº - ANEXO 1
ÁREA INDUSTRIAL - ARES BELO
CEP: 74.133-89
L CATALÃO GO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR ADIB ELIAS JUNIOR DD. PREFEITO,
DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS.**

Recurso Administrativo em,

Processo Licitatório nº.: 2019.003.771

Modalidade: Concorrência nº.: 001/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de serviços padronizados de pavimentação asfáltica - recapeamento com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) – (e = 3 cm), atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Catalão

Recorrido: MUNICÍPIO DE CATALÃO – GO

Recorrente: CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMERCIO LTDA - EPP, CNPJ: 24.481.473/0001-16

RAZOES RECURSAIS,

I – BREVE SINOPSE FÁTICA.

Atendendo ao processo licitatório em epígrafe, promovido pelo Poder Executivo do Município de Catalão – GO, a Recorrente, em 01.04.2019 às 9h, participou da sessão de julgamento da habilitação.

Nessa sessão estiveram presentes 6 (seis) empresas licitantes. Após análise da documentação de habilitação, o Senhor Niremborg Antônio Rodrigues Araújo, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, optou por suspender a sessão, com o objetivo de remeter a documentação à análise técnica da Secretaria Municipal de Transportes.

Ato contínuo, determinou a continuidade da sessão na data de 08.04.2019, às 9h, no auditório do Paço Municipal.

No dia e horário designados, ocorreu o julgamento da habilitação, e, segundo “Análise de Qualificação Técnica”, realizada pelo senhor Luís Severo Braga Gomide, Secretário Municipal de Transporte, a Recorrente não [teria comprovado] “capacidade técnica operacional de execução mínima de parcela relevante”, motivo pelo qual, mesmo diante das alegações contrárias do representante da Recorrente, a mesma foi declarada inabilitada. Nesse sentido, a mesma decisão atingiu outra licitante, a empresa Pavsantos Construtora Ltda.

Em seguida, o senhor Presidente, habilitou as demais empresas. Nesse momento foi interpelado pelo representante da Recorrente sobre a documentação incompleta da qualificação econômico-financeiro da Empresa Marpa Terraplenagem Ltda. Nesse caso, o Presidente dispensou a solicitação de diligências e, ao contrário de suas atitudes pretéritas, jugou, instantaneamente, considerando a documentação apresentada pela Marpa como sendo apta, e, por consequência, habilitou-a. **Mesmo diante da falta da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, exigida pelo edital.**

A seguir, manifestaram interesse em apresentar recurso à fase de habilitação a Recorrente e a Empresa Marpa Terraplenagem Ltda., motivo pelo qual, o Presidente suspendeu a sessão até nova data para julgamento das propostas.

Nesse contexto, inconformada com a sua inabilitação e com a ilegal habilitação da licitante Marpa Terraplenagem Ltda., por parte desta Ilma. Comissão de Licitação, a Recorrente, com o objetivo de reestabelecer a legitimidade do certame, bem como de adotar medidas preparatórias às

demais providências administrativas e/ou judiciais cabíveis, em tempo, interpõe o presente Recurso Administrativo.

Em síntese.

II – PRELIMINARMENTE:

Do impedimento do Senhor Luís Severo Braga Gomide, Secretário Municipal de Transporte.

A decisão do Senhor Niremborg, Presidente da Comissão Permanente de Licitação em inabilitar a Recorrente, foi fundamentada no parecer exarado pelo Senhor Luís Severo Braga Gomide, Secretário Municipal de Transporte, no documento nominado por “Análise de Qualificação Técnica”, no qual, ilegitimamente, opinou por inabilitar a Recorrente.

Nesse sentido, o simples fato de o Secretário Municipal de Transporte, se envolver no julgamento da habilitação das empresas o torna impedido, uma vez que exerceu análise e julgamento no processo administrativo, fato que contamina a imparcialidade necessária ao exame do presente Recurso.

Em oportuno, destaca-se o quanto é exótico ao processo licitatório o envolvimento, direto, do senhor Secretário Municipal de Transporte, no julgamento da habilitação das licitantes.

Assim, não há como garantir ao presente processo licitatório a imparcialidade, impessoalidade e isonomia necessárias, uma vez que, o

Senhor Secretário Municipal de Transporte é a autoridade responsável pela elaboração do projeto básico da obra, e, será também a autoridade responsável pela execução, fiscalização e pagamentos, e no caso em tela, exoticamente, foi também a autoridade que julgou a habilitação técnica das empresas licitantes.

Assim, além da precária imparcialidade e afronta ao princípio da isonomia, o caso em tela, merece ser avaliado a luz dos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa e contraditório.

Nesse sentido o Senhor Secretário Municipal de Transporte, neste ato a autoridade superior que, em tese, julgaria o presente recurso, está evidentemente impedido, uma vez que, repisa-se, exoticamente, julgou a habilitação da Recorrente.

Portanto, e com arrimo no artigo 37 da Carta Magna, bem como, no artigo 3º da Lei Geral de Licitações, solicita-se que o presente recurso seja julgado pelo Excelentíssimo Senhor Adib Elias Junior, Prefeito Municipal, tendo em vista, repisa-se, o claro impedimento do Senhor Luís Severo Braga Gomide, Secretário Municipal de Transporte.

III – DO MÉRITO:

Superada a preliminar, passemos a análise da inabilitação da Recorrente.

Segundo o documento, nominado por “Análise de Qualificação Técnica”, exarado pelo Senhor Luís Severo Braga Gomide, Secretário Municipal de Transporte, a Recorrente:

[...] apresentou Certidão de Acervo Técnico – CAT comprovando capacitação técnica profissional, cumprindo a obrigatoriedade de comprovar execução mínima exigida em parcela relevante da contratação, **porém não apresentou Atestados satisfatórios para comprovação de capacidade técnica operacional que comprove execução mínima da parcela relevante**, uma vez que o atestado expedido, referente ao contrato nº 003/2018, pela empresa Marpa Terraplenagem Ltda. Terraplenagem e Comércio Varejista de Materiais de Construção Ltda **não será aceito por não condizer com a realidade dos serviços contratados pela Prefeitura Municipal de Catalão com esta que forneceu o atestado mencionado**, até que se prove o contrário mediante apresentação do referido contrato, portanto não comprovou capacidade técnica operacional de execução mínima de parcela relevante, sendo assim, não atendeu as exigências de qualificação técnica. (Grifo nosso)

Nesse sentido, entende-se que, a Recorrente foi inabilitada por, supostamente, não comprovar sua capacidade técnica operacional, suficiente a suprir execução de obra em quantidade determinada como parcela relevante da contratação, segundo o Edital da Concorrência 001/2019, a saber: Aplicação de “Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ (AC/BC) - PAV.URB – 2.699 m³ ou 89.981,70 m²”.

Assim, para que se possa compreender de forma clara o irrefutável equívoco na avaliação da habilitação da capacidade técnica operacional da Recorrente, iniciaremos pela análise do atestado que foi

avaliado como “não condizente com a realidade dos serviços contratados pela Prefeitura Municipal de Catalão”.

3.1 Da comprovação da habilitação técnica.

O atestado em comento, que foi considerado como “ilegítimo” merece análise minuciosa, tendo em vista crasso equívoco na avaliação.

Acontece que, o Atestado de Capacidade Técnica apresentado, é derivado do Contrato de Prestação de Serviços nº 003/2018, entre a Empresa Marpa Terraplenagem Ltda. e a Recorrente, datado em 01.03.2018, por tanto, **trata-se de um contrato de natureza privada.** (Em Anexo)

O Referido contrato, foi celebrado para a pavimentação de ruas e avenidas do Município de Catalão – GO, conforme mapa iluminado e fotos que seguem em anexo.

Destaca-se que o Contrato de Prestação de Serviço nº.: 003/2018, foi pactuado, como forma de subempreito, assim trata-se de um contrato derivado.

Nesse sentido, é necessário, até mesmo antes de sugerir a “ilegitimidade” do atestado, analisar o contrato principal. O contrato principal, advém do processo Licitatório 2017.013.202, Pregão Presencial nº.: 061/2017, realizado no dia 14.07.2017, às 9h, no auditório do Paço Municipal. Seguem em anexo Edital, Termo de Homologação e Extrato da Ata.

Do referido processo licitatório, gerou-se a Ata de Registro de Preço, essa por sua vez, abrigou 09 (nove) contratos, no período de 08.08.2017 a 14.05.2018. Em anexo seguem os contratos.

Destaca-se que inicialmente os contratos advindos da Ata de Registro de Preço 061/2017, foram assinados pelo o Senhor Nelson Martins Fayad, Secretário de Administração, e posteriormente passaram a ser assinados pelo Secretário de Transporte.

O valor total dos contratos da Ata de Registro de Preço 061/2017, foi de R\$15.974.767,56 (quinze milhões novecentos e setenta e quatro mil e setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), em obras realizadas entre o período de 08.08.2017 a 14.05.2018, ou seja, mesmo período do contrato entre a Recorrente e a Empresa Marpa Terraplenagem Ltda.

Identificado com precisão o contrato originário, há que se salientar que o Atestado de Capacidade Técnica, julgado como “ilegítimo”, foi objeto de Certidão de Acervo Técnico – CAT, validado pelo Senhor Leonardo Martins, DD Secretário de Obras, do Município de Catalão – GO.

Além de ser objeto de CAT, o mesmo atestado também foi utilizado para habilitação técnica, e foi plenamente aceito pelo Senhor Luís Severo Braga Gomide, Secretário Municipal de Transporte, vejamos:

[...] apresentou Certidão de Acervo Técnico – CAT
comprovando capacitação técnica profissional, cumprindo a

obrigatoriedade de comprovar execução mínima exigida em parcela relevante da contratação, [...]

(Grifos nossos)

Assim, novamente prova-se que a avaliação do Atestado Operacional foi equivocada, tanto em sua origem quanto em relação à sua validade. Por esse caminho, questiona-se: Como tal documento pode ser admitido como atestado profissional e posteriormente refutado como atestado operacional?

Outra indagação necessária ao caso em tela, é a desconsideração e/ou a total depreciação, da validação realizada pelo Secretário de Obras, sem ao menos diligenciar consulta e/ou solicitar parecer sobre seu atesto que foi lançado no atestado e também na CAT.

Ora, trata-se de dois Secretários do Município de Catalão – GO, e como se não bastasse, exercem pastas similares no exercício da função de auxiliares do Alcaide Municipal, qual seja, planejar, fiscalizar e avaliar as obras. Bastava um simples telefonema para consultar a veracidade do Atestado, e /ou, no mínimo um ofício solicitando esclarecimento, ainda que seja por urbanidade entre autoridades municipais.

Sem dúvidas, de que da forma como foi avaliado o atestado, as consequências não redundaram apenas na ilegal inabilitação da Recorrente, mas também, sem razão, questionou a eficiência e competência técnica do Secretário de Obras que validou o Atestado de Capacidade Técnica.

Nesse sentido, e conforme provado, o Atestado de Capacidade Técnica, do Contrato nº.: 003/2018 é perfeitamente e legítimo.

Portanto, não resta outra decisão, se não, declarar a Recorrente como habilitada.

3.2 Da ilegal habilitação da Empresa Marpa Terraplenagem Ltda.

Superado o equívoco da avaliação do Atestado de Capacidade Técnica, apresentado pela Recorrente, passemos à análise da ilegal habilitação da Empresa Marpa Terraplenagem Ltda.

Ao contrário do que ocorreu com a avaliação da habilitação da Recorrente, a Empresa Marpa Terraplenagem Ltda., deixou de cumprir exigência editalícia.

Para a habilitação econômico-financeira, segundo consta no Edital da Concorrência Pública nº.:001/2019, foram exigidos os seguintes documentos, *in verbis*:

9.5. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

[...]

9.5.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta. (Grifei)

9.5.4. Para Sociedade Empresária, **Balanco Patrimonial e as demonstrações contábeis** do último exercício social **devem** ser apresentados: (Grifei)

a) O Balanco Patrimonial (BP) e a **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**, extraídas do Livro Diário e registrado na Junta Comercial, que deverão conter indicação do número das páginas; (Grifei)

b) Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, contendo no mínimo os dados da Empresa, tais como número do Livro Diário e do NRE, datas e quantidades de páginas, acompanhado da prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), sendo que o Registro no cartório será somente para empresas cujo a natureza jurídica é Sociedade Civil;

c) Assinatura do Contador e do Titular ou representante legal da Entidade no Termo de Abertura e Encerramento, Balanco Patrimonial **e a DRE**; (Grifei)

d) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL (de contabilidade) expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, com validade da data do registro do balanço e/ou outra do mesmo contador com validade atualizada.

9.6. Para as proponentes que fazem escrituração digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar o comprovante de envio registro do arquivo eletrônico do SPED CONTÁBIL para a RECEITA FEDERAL DO BRASIL;

Sem a menor sombra de dúvidas, os documentos a serem apresentados na habilitação econômico-financeira, segundo exigências transcritas acima, são:

- a) Balanço Patrimonial (BP);
- b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- c) Termo de Abertura e Termo de Encerramento;
- d) Se a empresa realizar a escrituração digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

Outra conclusão axiomática a respeito dos documentos que devem ser apresentados pelos licitantes, refere-se à necessidade de se juntar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, e não apenas o Balanço Patrimonial, isso em decorrência de o Edital, explicitamente, exigir o DRE e também, pelo uso no texto do Edital do conectivo “e” quando relaciona: o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

Nesse sentido, constata-se que a Empresa Marpa Terraplenagem Ltda., não apresentou o DRE, devendo ser a mesma inabilitada.

Porém, mesmo diante dos questionamentos em sessão, e sem qualquer diligência e/ou amparo técnico contábil, a empresa foi, **surpreendentemente, declarada habilitada.**

A exótica habilitação contrariou, não só o exigido no Edital, mas também, subverteu os princípios gerais da licitação, em específico, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Destaca-se que todas as demais licitantes, apresentaram a documentação exigida na habilitação econômico-financeira.

Entretanto, apesar da ausência de tal documentação ser considerada como critério para inabilitação da licitante, a Administração decidiu **habilitá-la**, concedendo apenas o prazo para apelo em sede de RECURSO ADMINISTRATIVO.

Pois bem.

No caso em tela, não há como passar despercebido a atipicidade das avaliações e julgamento da fase de habilitação.

Na avaliação da habilitação técnica, a Comissão foi rigorosíssima, a ponto de, absurdamente, exigir, mesmo com o devido documento lavrado, registrado junto ao CREA e atestado pelo senhor Secretário Municipal de Obras deste Município, a comprovação da realização das obras.

E, oportunamente, ao julgar a habilitação econômico-financeira, optou por flexibilizar as exigências editalícias, uma vez que, a Empresa Marpa Terraplenagem Ltda. (**ÚNICA EMPRESA A NÃO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**), foi declarada habilitada, sem apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, explicitamente solicitado pelo Edital.

Portanto, os fatos, por si só, revelam o quanto as decisões de inabilitar a Recorrente e habilitar a Empresa Marpa Terraplenagem Ltda.

afrontam aos princípios da isonomia, impessoalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

O fato de a Empresa Marpa não ter apresentado documento exigido no referido edital redunda em **plena e insanável ausência de documento.**

Ademais, caso a decisão do DD. Presidente seja por manter a habilitação da Empresa Marpa Terraplenagem Ltda., aí sim, estaríamos diante de clara **Violação ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.**

Nesse sentido e segundo Hely Lopes Meirelles, **‘o edital é a Lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu’** (in "Direito Administrativo Brasileiro", 22ª Edição, Editora Malheiros, pág. 249).

Portanto, diante de todas as irregularidades (ilegalidades e inconstitucionalidades) apresentadas, requer que sejam acolhidas as razões Recursais, **habilitando a Recorrente e inabilitando a licitante Marpa Terraplenagem Ltda.,** de forma a manter a lisura do presente certame.

Termos em que, pede e espera Deferimento.

Catalão, Estado de Goiás, 12 de abril de 2019.

24.481.473/0004-16
CATHALÃO ASFALTO PAV. E COM. LTDA
ROD. BR 050, KM 245,5 - S/Nº - ANEXO 1
ÁREA RURAL - PIRES BELO
CEP: 75.713-899
L CATALÃO - GO
NUNIO RAFAEL BENINCASA
RG nº 1.629.325-9 SSP/SP - CPF nº 445.151.768-03

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

N.º 003 / 2018

CONTRATANTE: MARPA TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o N.º 21.580.476/0001-19, sediada a Avenida João XXIII, Nº 338, Centro, Município de Catalão - GO, neste ato representado por **FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**, brasileiro solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2027717 SSP/ES e do CPF: 063.024.616-50.

CONTRATADA: CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - ME, estabelecida a Rodovia BR 050, Km 245,5, s./nº, Anexo – I, Distrito de Pires Belo, Catalão-GO, inscrita no CNPJ nº 24.481.473/0001-16, neste ato legalmente representado por **ANTÔNIO RAFAEL BENINCASA** CPF: 445.151.768-03 e RG 53.629.325-9 SSP/SP.

Os signatários deste instrumento, nas qualidades supra indicadas, têm entre si, por justa e contratada a execução dos serviços de reconstrução (terraplenagem e pavimentação), incluindo fornecimento de materiais em diversas ruas na cidade de Catalão - Goiás, que serão regidos pelas cláusulas e condições do presente instrumento, estipuladas, aceitas e outorgadas pelos ora contratantes na melhor forma de direito, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto “Execução dos serviços de reconstrução (terraplenagem e pavimentação), incluindo fornecimento de materiais em diversas ruas na cidade de Catalão – Goiás”, conforme discriminados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	R\$/UNIT.	PREÇO TOTAL
1.0	ESCAV. CARGA E TRANSP 1 CATEG C/ CARREGA. P PEQUENOS MOV TERRAS	m3	1.722,15	R\$ 3,21	R\$ 5.528,09
2.0	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO (PAV.URB.)	m2	17.221,45	R\$ 0,45	R\$ 7.749,65

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

N.º 003 / 2018

CONTRATANTE: MARPA TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o N.º 21.580.476/0001-19, sediada a Avenida João XXIII, Nº 338, Centro, Município de Catalão - GO, neste ato representado por **FELIPE AUGUSTO ARCANJO PEDROSA**, brasileiro solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2027717 SSP/ES e do CPF: 063.024.616-50.

CONTRATADA: CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - ME, estabelecida a Rodovia BR 050, Km 245,5, s./nº, Anexo – I, Distrito de Pires Belo, Catalão-GO, inscrita no CNPJ nº 24.481.473/0001-16, neste ato legalmente representado por **ANTÔNIO RAFAEL BENINCASA** CPF: 445.151.768-03 e RG 53.629.325-9 SSP/SP.

Os signatários deste instrumento, nas qualidades supra indicadas, têm entre si, por justa e contratada a execução dos serviços de reconstrução (terraplenagem e pavimentação), incluindo fornecimento de materiais em diversas ruas na cidade de Catalão - Goiás, que serão regidos pelas cláusulas e condições do presente instrumento, estipuladas, aceitas e outorgadas pelos ora contratantes na melhor forma de direito, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto “Execução dos serviços de reconstrução (terraplenagem e pavimentação), incluindo fornecimento de materiais em diversas ruas na cidade de Catalão – Goiás”, conforme discriminados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	R\$/UNIT.	PREÇO TOTAL
1.0	ESCAV. CARGA E TRANSP 1 CATEG C/ CARREGA. P PEQUENOS MOV TERRAS	m3	1.722,15	R\$ 3,21	R\$ 5.528,09
2.0	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB-LEITO (PAV.URB.)	m2	17.221,45	R\$ 0,45	R\$ 7.749,65

CLÁUSULA SEGUNDA - ENCARGOS DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a cumprir o disposto nas cláusulas deste contrato:

- a) A fornecer todos os dados necessários a execução dos objetos do presente contrato.
- b) Se responsabilizará em resolver as dúvidas e as questões expostas pela **CONTRATADA**, quando estas ocorrerem.
- c) Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, quaisquer irregularidades constatadas na prestação do serviço;
- d) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com o prazo e forma estabelecidos neste contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga a:

- a) Se responsabilizar pelos serviços decorrentes de escolha da **CONTRATANTE**.
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da **CONTRATANTE**;
- c) fornecer material de boa qualidade sempre seguindo as normas vigentes (DNIT/DNER/SP);
- d) Substituir de imediato materiais que foram identificados como inadequados para aplicação;
- e) Utilizar como base o percentual de 5,2% de CAP por tonelada de massa fornecida;
- f) Fornecer a contratante no início do contrato o traço de CAP adotado para o fornecimento da massa;
- g) se compromete em utilizar mão de obra qualificada no decorrer do contrato, bem como equipamentos em perfeito estado;
- h) apresentar diariamente até as 9:00h do dia seguinte, o RDO preenchido com todas as informações do que fora executado no dia anterior;

CLÁUSULA QUARTA - MEDIÇÃO, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, referente a "Execução dos serviços de reconstrução (terraplenagem e pavimentação), incluindo fornecimento de materiais em diversas ruas na cidade de Catalão – Goiás", conforme descrito na cláusula primeira deste contrato, o valor total de **R\$ 288.155,09 (Duzentos e Oitante e Oito Mil, Cento e Cinquenta e Cinco Reais e Nove Centavos)** com impostos inclusos, durante a vigência deste contrato.

As medições serão sempre mensais considerando o período de 1.º (primeiro) ao último dia de cada mês.

CLÁUSULA SEGUNDA - ENCARGOS DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a cumprir o disposto nas cláusulas deste contrato:

- a) A fornecer todos os dados necessários a execução dos objetos do presente contrato.
- b) Se responsabilizará em resolver as dúvidas e as questões expostas pela **CONTRATADA**, quando estas ocorrerem.
- c) Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, quaisquer irregularidades constatadas na prestação do serviço;
- d) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com o prazo e forma estabelecidos neste contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga a:

- a) Se responsabilizar pelos serviços decorrentes de escolha da **CONTRATANTE**.
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da **CONTRATANTE**;
- c) fornecer material de boa qualidade sempre seguindo as normas vigentes (DNIT/DNER/SP);
- d) Substituir de imediato materiais que foram identificados como inadequados para aplicação;
- e) Utilizar como base o percentual de 5,2% de CAP por tonelada de massa fornecida;
- f) Fornecer a contratante no início do contrato o traço de CAP adotado para o fornecimento da massa;
- g) se compromete em utilizar mão de obra qualificada no decorrer do contrato, bem como equipamentos em perfeito estado;
- h) apresentar diariamente até as 9:00h do dia seguinte, o RDO preenchido com todas as informações do que fora executado no dia anterior;

CLÁUSULA QUARTA - MEDIÇÃO, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, referente a "Execução dos serviços de reconstrução (terraplenagem e pavimentação), incluindo fornecimento de materiais em diversas ruas na cidade de Catalão – Goiás", conforme descrito na cláusula primeira deste contrato, o valor total de **R\$ 288.155,09 (Duzentos e Oitante e Oito Mil, Cento e Cinquenta e Cinco Reais e Nove Centavos)** com impostos inclusos, durante a vigência deste contrato.

Fica eleito o foro da cidade de Catalão - GO para dirimir as questões derivadas deste contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato, lavrado em três cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Catalão - GO, 01 de Março de 2018.

MARPA TERRAPLENAGEM E COM VAREJISTA DE MAT. DE CONST. LTDA

CNPJ 21.580.473/0001-19

Felipe Augusto Arcaño Pedrosa

CPF 063.024.616-50

CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - ME

CNPJ 24.481.473/0001-16

Antônio Rafael Benincasa

CPF 445.151.768-03

Testemunhas:

1 - *Neiva Regina de Oliveira*
Nome: Neiva Regina de Oliveira
CPF: 000.000.000-00

2 - *Luis Ricardo Soderi Jacomini*
Nome: Luis Ricardo Soderi Jacomini
CPF: 000.000.000-00

Fica eleito o foro da cidade de Catalão - GO para dirimir as questões derivadas deste contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato, lavrado em três cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Catalão - GO, 01 de Março de 2018.

MARPA TERRAPLENAGEM E COM VAREJISTA DE MAT. DE CONST. LTDA

CNPJ 21.580.473/0001-19

Felipe Augusto Arcaño Pedrosa

CPF 063.024.616-50

CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - ME

CNPJ 24.481.473/0001-16

Antônio Rafael Benincasa

CPF 445.151.768-03

Testemunhas:

1 - *Neiva Regina de Oliveira*
Nome: Neiva Regina de Oliveira
CPF: 000.000.000-00

2 - *Luis Ricardo Soderi Jacomini*
Nome: Luis Ricardo Soderi Jacomini
CPF: 000.000.000-00



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-GO

ART Obra ou serviço
1020180073923

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás

1. Responsável Técnico

ANTONIO RAFAEL BENINCASA

RNP: 2617209474

Título profissional: Engenheiro Civil

Registro: 5070175283/D-SP

Empresa contratada: 24161 - CATHALAO ASFALTO PAVIMENTACAO E COMERCIO LTDA ME

2. Dados do Contrato

Contratante: **MARPA TERRAPLENAGEM E COMÉR VAREJ. DE MAT. DE CONST. LTDA**

CPF/CNPJ: 21.580.476/0001-19

Avenida JOÃO XXIII, Nº 338

Bairro: CENTRO

CEP: 75714-700

Quadra: S/N Lote: S/N

Complemento:

Cidade: Catalão -GO

E-Mail:

Fone: (31)998329359

Contrato: Nº 003/2018

Celebrado em: 01/03/2018

Valor Obra/Serviço R\$: 288.155,09

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

3. Dados da Obra/Serviço

Rua DIVERSOS, Nº S/N

Bairro: DIVERSOS

CEP: 75715-000

Quadra: S/N Lote: S/N

Complemento:

Cidade: CATALÃO-GO

Data de Início: 01/03/2018

Previsão término: 01/06/2018

Finalidade: **Infra-estrutura**

Proprietário: **MARPA TERRAPLENAGEM E COMÉR VAREJ. DE MAT. DE CONST. LTDA**

CPF/CNPJ: 21.580.476/0001-19

E-Mail:

Fone: (31) 998329359

4. Atividade Técnica

ATUACAO

EXECUCAO TERRAPLENAGEM
EXECUCAO TERRAPLENAGEM
EXECUCAO SERVICOS AFINS E CORRELATOS EM TRANSPORTES
EXECUCAO PAVIMENTACAO ASFALTICA
EXECUCAO PAVIMENTACAO ASFALTICA

Quantidade	Unidade
5.166,44	METROS CUBICOS
17.221,45	METROS QUADRADOS
44.775,77	METROS CUBICOS
34.442,90	METROS QUADRADOS
413,31	TONELADAS

O registro da A.R.T. não obriga ao CREA-GO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividades declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta ART são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-GO.

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Esta ART refere-se a execução do contrato nº 003/2018, de execução dos serviços de reconstrução (terraplenagem e pavimentação), incluindo fornecimento de materiais em diversas ruas na cidade de Catalão - Goiás. Conforme relacionados, quantificados e precificados na Cláusula Primeira - Objeto, deste contrato especificado, seguindo as especificações e normas que regem o referido contrato de nº 003/2018.

6. Declarações

Acessibilidade: Não: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Antonio Rafael Benincasa
Local _____ Data _____ de _____ de 2018

ANTONIO RAFAEL BENINCASA - CPF: 445.151.768-03

MARPA TERRAPLENAGEM E COMÉR VAREJ. DE MAT. DE CONST. LTDA - CPF/CNPJ: 21.580.476/0001-19

9. Informações

- A ART é válida somente após a conferência e o CREA-GO receber a informação do PAGAMENTO PELO BANCO.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creago.org.br.
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
- Não é mais necessário enviar o documento original para o CREA-GO. O CREA-GO não mais atribuirá carimbo na nova ART.



www.creago.org.br atendimento@creago.org.br
Tel: (62) 3221-6200 Fax: (62) 3221-6277



Registrada em
18/04/2018

Valor Pago
R\$ 218,54

Boleto
0118073051

Situação
Registrada/OK

Não Possui CAT